

## A segregação espacial urbana de Iporá (GO)<sup>1</sup>

### *Spatial segregation urban Iporá (GO)*

**Lucilene Maria de Paula Bueno**  
Universidade Estadual de Goiás - UEG  
[lu.bueno23@hotmail.com](mailto:lu.bueno23@hotmail.com)

**Júlio César Pereira Borges**  
Universidade Estadual de Goiás – UEG  
[jcesar.ueg@gmail.com](mailto:jcesar.ueg@gmail.com)

---

#### Resumo

A pesquisa aqui apresentada tem como principal objetivo, compreender a expansão da cidade de Iporá Goiás tendo como referência seu ordenamento urbano. Este por sua vez, apresenta um conjunto de características que propiciou, além de desvendar suas particularidades, entender o processo de urbanização da cidade supracitada, como o crescimento desordenado, os problemas ambientais, a especulação imobiliária dentre outros. Para dar suporte a pesquisa, foi realizado um levantamento teórico que se refere ao assunto, o que permitiu o diálogo com uma diversificada referência bibliográfica que discute o assunto. A pesquisa de campo foi procedimento metodológico que complementou a discussão teórica, permitindo o conhecimento do lugar e o imaginário de pessoas nele diretamente ou indiretamente inserido. O resultado atingido está inserido na lógica urbana da acumulação capitalista, na qual, a segregação e o crescimento desordenado se somam aos direitos desiguais a cidade por parte da população iporaense.

**Palavras-chave:** Espaço Urbano. Segregação Espacial. Planejamento Urbano.

---

#### Abstract

The main objective of this research is to understand the expansion of the city of Iporá Goiás, with reference to its urban planning. This, in turn, presents a set of characteristics that allowed, in addition to unveiling its particularities, to understand the process of urbanization of the aforementioned city, such as

---

<sup>1</sup> Trabalho produzido para obtenção do título de especialista, do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu *Ordenamento Ambiental e Desenvolvimento Sustentável* da Universidade Estadual de Goiás Câmpus Iporá.

disorderly growth, environmental problems, real estate speculation, among others. To support the research, a theoretical survey was made that refers to the subject, which allowed the dialogue with a diverse bibliographical reference that discusses the subject. Field research and were methodological procedures that complemented the theoretical discussion, allowing the knowledge of the place and the imaginary of people in it directly or indirectly inserted. The result achieved is inserted in the urban logic of capitalist accumulation, in which segregation and disorderly growth are added to the unequal rights of the city by the Ipora population.

**Key words:** Urban Space. Space Segregation. Urban Planning.

---

## **Introdução**

Nesta pesquisa buscamos fazer a discussão sobre a expansão urbana e segregação espacial no município de Iporá GO, considerando a desigualdade no que se refere ao ordenamento urbano, o que implica na desigualdade de infraestrutura, da aplicabilidade das políticas públicas e das condições de vida na cidade em questão. Essa condição reverbera no processo que é conhecido como segregação espacial<sup>2</sup>.

A segregação espacial do município de Iporá foi a temática que já na graduação dispomos a discutir, o que culminou na realização de uma pesquisa defendida como trabalho final de curso<sup>3</sup>. Sua continuidade é justificada pela percepção referente ao contínuo da ineficiência da administração pública e da sequência do que havíamos denunciado anteriormente. Na atualidade continua a expansão da cidade, novos loteamentos foram surgindo e os bairros já existentes com precariedade em infraestrutura permanece no esquecimento. Esse contexto revela que na medida em que a cidade cresce surgem novos problemas sociais, ambientais, como acesso a moradia, renda, infraestrutura, saúde, lixo, poluição de rios e córregos que se encontram em Iporá, entre outros.

A Pesquisa de campo foi procedimento metodológico importante tanto para observação quanto para comprovação das deficiências e carências de muitos setores, em que os moradores enfrentam.

---

<sup>2</sup> Segregação espacial: é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole. (Villaça, 2001, p. 142).

<sup>3</sup> A especulação imobiliária na formação de loteamentos urbanos em Iporá-Go: um estudo de caso do setor residencial Brisa da Mata. (Bueno, 2010).

Foram abordados ao longo da temática em estudo e referenciados no discurso os autores Maricato (2003), Villaça (2001), Rodrigues (2015) entre outros, a fim de nortear ideias que deixam evidentes que a segregação urbana e espacial, a expansão urbana e a comercialização do espaço urbano em Iporá compõem a lógica da expansão urbana, que por sua vez acompanha o modelo capitalista de produção, no qual, o bem estar social é substituído pela cidade como mercadoria.

Acompanhando esse raciocínio coube a nós respondermos as seguintes questões: Quais os elementos que revelam a expansão urbana da cidade de Iporá? Como tais elementos revelam o crescimento desordenado, a incompetência do poder público e o crescimento de problemas socioambientais? E, por fim, como esse processo está atrelado ao modelo capitalista de produção onde o modelo da cidade é a cidade de mercado.

### **A segregação urbana**

O desenvolvimento capitalista levou, no século XX, a um processo avançado de urbanização no mundo, o que gerou cidades com grandes problemas de infraestrutura, os quais estão expressos na sua própria paisagem, onde se percebe lugares de extremo desenvolvimento ao lado de outros desprovidos de estrutura mínima. No entanto esse processo é resultado do crescimento econômico concentrador e excludente característica básica do sistema de produção capitalista.

A cidade como um espaço capitalista reflete a estrutura de classes do próprio sistema, na qual o direito de uso da infraestrutura é compatível ao poder de pagamento da população. Nesse sentido, no dizer de Corrêia (1989) os espaços ocupados acompanham uma lógica de qualidade a qual é determinada pelas políticas públicas que por sua vez é resultado da ação do Estado, um legítimo representante da classe social mais abastada. Diante deste quadro a desigualdade e a segregação urbana surgem como resultado da ação do poder público, pois o espaço urbano é valorizado de acordo com a infraestrutura empregada em determinada área.

De acordo com Sposito (1991) a localização até meados do século XX era fator determinante na valorização do terreno, assim sendo, os terrenos mais centralizados eram ocupados pela classe mais alta. No entanto o centro, devido à intensa

movimentação, passou a ser área não propícia à moradia, o que fez surgir os condomínios fechados como lugar de moradia dos mais abastados.

Assim sendo, a relação entre centro e periferia de uma cidade sofre alteração. De acordo com Sposito (1991, p. 56):

A periferia era entendida como uma espécie de território livre da iniciativa privada, onde, de forma independente, surgiram bairros de luxo (para abrigar os ricos emigrados do centro), bairros pobres (onde moravam mais assalariados e recém-emigrados do campo). Estes novos setores da cidade foram com o correr do tempo, fundindo-se num tecido urbano mais compacto.

Com base nesta afirmação o espaço urbano de uma cidade tem uma configuração mais complexa, na qual as distinções de setores, de luxo e pobres, não é mais a periferia e o centro, os mesmos dividem o mesmo espaço, porém, com características extremamente antagônicas. No dizer de Sposito (1991) esse fato não significou a desvalorização da região central da cidade, pelo contrário, essa valorizou ainda mais pela sua função comercial que é mais cara que a de moradia. O que houve foi uma valorização de algumas áreas periféricas que passou a ser também lugar da classe alta, reflexo de uma reestruturação funcional da cidade.

Embora a realidade citada anteriormente seja mais comum nos grandes centros urbanos, não quer dizer que não ocorra em cidades de menor porte, pois é comum em cidades do interior de Goiás a existência de condomínios fechados, como é o caso de Catalão, de São Luís dos Montes Belos, de Rio Verde e outras. Não se quer com essa afirmação equiparar a realidade de tais cidades com os grandes centros, pois se entende que a intensidade dos processos citados são diferentes.

É evidente que essa reestruturação se adequa aos interesses capitalistas e a própria periferia passa a ser objeto de especulação imobiliária. Para Martins (2007, p. 09) “a cidade está em constante processo de (re) estruturação, de contradição, de conflitos de interesses, e tem seu espaço fragmentado e articulado pelo capital especulativo imobiliário”.

No dizer de Rodrigues (1988) a partir do momento em que a valorização do lugar aumenta o preço do terreno, conseqüentemente eleva o preço dos impostos dos mesmos, aqueles que foram beneficiados com a infraestrutura e serviços recebidos, se

veem impossibilitados de pagar as taxas cobradas, que acabam recuando para outras áreas acessíveis, ou seja, de acordo com seu nível de renda.

Maricato (2003) descreve que a relação entre legislação, mercado restrito e exclusão talvez se mostre mais evidente nas regiões metropolitanas. O que não descarta a realidade das pequenas e médias cidades.

As políticas públicas são responsáveis diretas pela segregação espacial urbana, pois atuam com mais veemência nas regiões onde se concentram as camadas de alta renda, são feitos enormes investimentos em infraestrutura urbana para atender a expansão do capital imobiliário, (VILLAÇA, 1986, p. 100) “mostrando claramente através do espaço urbano, seu grau de captura por essa classe”.

Sobre o espaço urbano subdividido por classe Maricato (2003, p. 154) diz:

É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas, situadas em regiões desvalorizadas, que a população trabalhadora pobre vai se instalar: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou... áreas de proteção ambiental (onde a vigência de legislação de proteção e ausência de fiscalização definem a desvalorização).

Para Martins (2007) de acordo com que a periferia vai sendo ocupado, o poder público constrói benfeitorias necessárias ao atendimento dos novos núcleos de povoamento, como pavimentação, rede de água e esgoto, eletrificação e outros. As novas infraestruturas instaladas acabam atingindo também os terrenos vazios situados no espaço intermediário dos bairros.

Tais terrenos, muitos de propriedade de empresas imobiliárias, no dizer de Martins (2007) constituem um bem estocado para fins especulativos, cuja valorização surge principalmente devido ao planejamento urbano e investimento do Estado.

Para Castells (1983, p. 212):

O princípio essencial que influencia a distribuição das residências no espaço é o prestígio social, cuja expressão positiva é a preferência social (preferência por vizinhos semelhantes) e a expressão negativa, é a distância social (rejeição de vizinhos).

O espaço é diferenciado de acordo com que as residências são organizadas, assim especifica a paisagem urbana, no dizer de Gonçalves (2002) pois as moradias e seus níveis de instalações em grande parte são reflexos de sua posição social, ou seja,

sua renda determina a acessibilidade ao espaço residencial desejado, haja vista que está sendo submetido ao valor do mercado.

Mediante esta afirmação o encarecimento da moradia e a valorização de determinada área acontece no momento em que surgem locais que possam atender as necessidades básicas da sociedade, área de lazer, escolas, postos de saúde, supermercado, creches, igrejas e outros. Já aquelas áreas afastadas ficam excluídas desse processo, assim criam-se em cada setor pontos que atendem essa população excluída.

A diferenciação do uso do solo urbano, evidentemente, não é aleatória, mas sim, reflexo e condição dos processos sociais (Corrêa, 1989). E com os diferentes usos do solo urbano Corrêa (1989, p. 7) ainda descreve:

Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão.

Para Maricato (2003) a segregação urbana é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. Neste sentido Maricato (2003, p. 152) ainda ressalva:

À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbana (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição a violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer.

Nesta ideia o que poderia regulamentar e melhorar a situação dos bairros periféricos é a legislação urbana. Já o Estatuto da cidade é utilizado como lei que exerce manutenção e fortalecimento da classe abastada, conseqüentemente contribui para expansão da segregação e exclusão dos demais habitantes. Diante disso se tem uma legislação e estatuto da cidade que gera mais exclusão do espaço urbano para a classe de baixa renda. Ainda Maricato (2003) contrapõe a utilização dos instrumentos de reforma urbana com a elaboração do Plano Diretor, isso com a justificativa de regulariza a

expansão urbana. Esses procedimentos legais servem para direcionar o crescimento da cidade e minimizar os contrastes da desigualdade social. O que não acontece.

Com relação a regularização urbanística e jurídica das ocupações ilegais, Maricato (2003, p. 163) descreve que:

o desenvolvimento urbano incluyente exige que se atue em dois eixos: urbanizar e legalizar a cidade informal conferindo-lhe melhor qualidade e o *status* de cidadania e produzir novas moradias para aqueles que, sem outras saídas e recursos técnicos ou financeiros, invadem terras para morar.

Diante o retrospecto realizado anteriormente, Villaça (2001) faz alguns questionamentos quanto ao entendimento de segregação. Qual a razão da segregação? Seria a conveniência de morar perto dos “iguais”? Seria a busca de prestígio e do status social? Seria a preservação dos valores imobiliários? Em busca de resposta para tais perguntas, Villaça (2001) descreve a segregação é como um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole.

Geralmente quando se determina o conceito empírico de segregação e ocupação espacial, automaticamente pensa-se na ideia da classe alta ocupar áreas cujo terreno possui valor elevado por metro quadrado, e a classe baixa ocupa terrenos afastados e em bairros periféricos. Confirmando essa ideia, Villaça (2001) revela que não é rigorosamente verdadeiro que o preço da terra determina a distribuição espacial das classes sociais. E ainda Villaça (2001) ressalta que na periferia de metro quadrado barato a alta renda ocupa terrenos grandes.

Villaça (2001, p. 147) cita que Lojkin distingue três tipos de segregação urbana:

- 1) Uma oposição entre o centro, onde o preço do solo é mais alto, e a periferia; 2) uma separação crescente entre as zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular; 3) um esfacelamento generalizado das funções urbanas disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zonas de escritórios, zona industrial, zona de moradia, etc.

Na medida em que o crescimento urbano e socioeconômico vai se consolidando, os bairros são caracterizados de acordo com os atributos econômicos de seus moradores, determinando ser uma região da classe alta. Assim as áreas habitadas pela classe pobre

ficam evidentes, pois uma área sobressai a outra em termos de infraestrutura e condições básicas de moradia. A segregação de acordo com Villaça (2001) é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros.

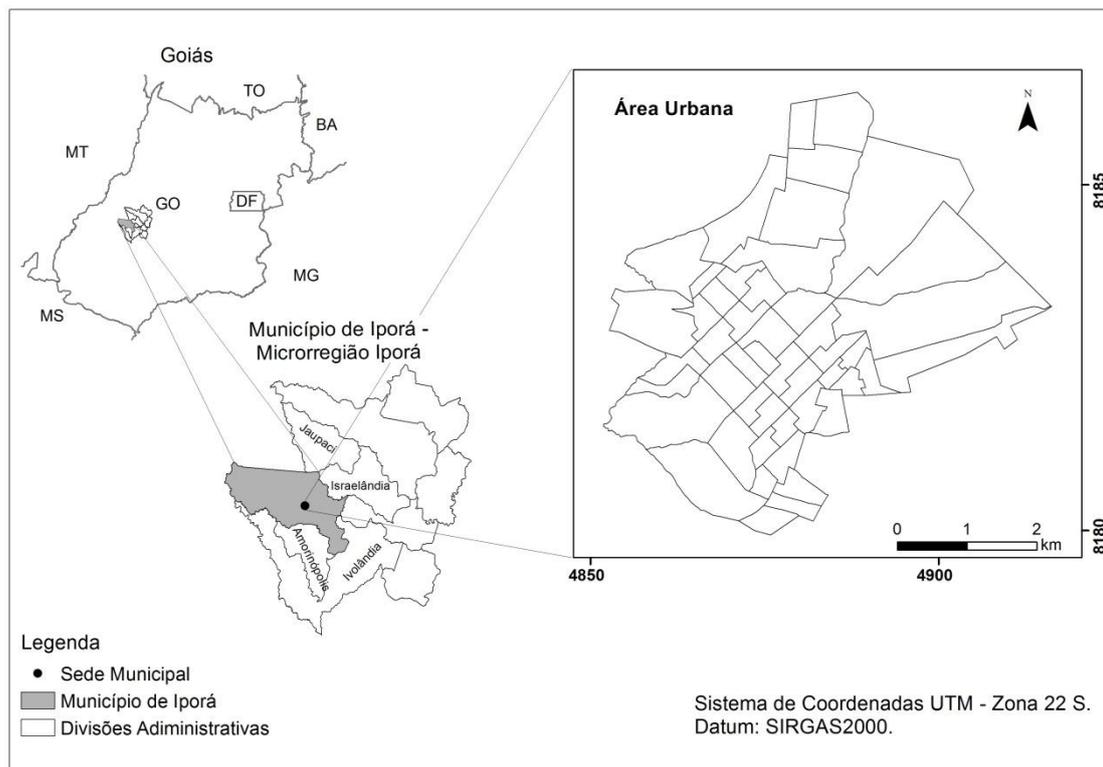
Neste contexto Villaça (2001, p. 150 e 151) explica:

a maioria das análises sobre segregação parte de um espaço urbano dado, que é melhor, seja qual for o motivo, e por isso atrai os mais ricos, os que possuem mais prestígio, poder e status. Nos casos em que não há atributo natural especial, não cogitam como esse espaço melhor foi produzido – transformado em melhor. No caso em que mostram essa produção – como o de Pinçon-Charlot - limitam-se a constatar uma correlação entre a classe social que ocupa determinada região e os equipamentos públicos de que ela é dotada. As posições que afirmam ser a segregação um produto “do mecanismo de formação de preços do solo” (Lojkine, supra) estão na incômoda posição de ter de demonstrar essa tese, já que é mais provável que a verdade esteja no lado oposto: os preços do solo é que são fruto da segregação.

Ainda assim possui relação direta entre segregação espacial e de classes, isso sendo apresentado de acordo com os preços do solo. Esses aspectos impulsiona o mercado imobiliário e a especulação imobiliária.

### **Os espaços segregados em Iporá**

O município de Iporá (Figura 1) está localizado a 220 km de distância de Goiânia (capital Estadual) e 430 km de distância de Brasília (capital Federal), e está na região oeste do estado de Goiás, fazendo parte da microrregião de Iporá. Dez municípios compõe essa microrregião sendo: Iporá, Israelândia, Diorama, Amarinópolis, Fazenda Nova, Jaupaci, Novo Brasil, Córrego do Ouro, Moiporá e Ivolândia.



**Figura 1** – Mapa de localização de Iporá (GO)  
**Organizador:** QUEIROZ JÚNIOR, V. S. (2013)

Na figura 1 destaca também a delimitação da área urbana de Iporá, base para compreensão dos diferentes espaços de segregação da cidade. Os bairros no município eram originados por meio do processo de capitalização do terreno, com o objetivo de acumulação de capital por parte do poder público e da estrutura privada.

Desde o surgimento do município os bairros ao longo do tempo foram ocupados sem a preocupação de fornecerem infraestrutura adequada. A partir de 2008 como mostra a figura 2 os loteamentos passariam a dispor de asfalto, rede de água e energia, infraestrutura mínima exigida pelo poder público. A foto 1 ilustra o Setor Residencial Brisa da Mata, que foi implantado em 2008 com infraestrutura.



**Foto 1:** Imagem do Setor Residencial Brisa da Mata em 2017.

**Fonte:** Acervo pessoal (2017).

**Autor:** BUENO, Lucilene M. de P.

Os bairros de periferia da cidade de Iporá apresentam traços e características que evidenciam a desigualdade social, desigualdade do espaço ocupado e infraestrutura precária. A Vila Brasília que foi implantada na década de 80 evidencia essas características em relação ao Setor Residencial Brisa da Mata implantado em 2008. De um lado a vila Brasília apenas com energia elétrica e rede de água e do outro lado o Brisa da Mata com vias asfaltadas, rede de água, energia elétrica e saneamento do esgoto.

Ainda há diversos pontos da Vila Brasília que não possui o fornecimento de água tratada para os moradores. Um desses pontos está ilustrada pela foto 2. Os moradores que não são atendidos com água tratada utilizam água de cisterna. A população que reside próximo a área da foto 2 não tem supermercado, escola, creche, local de recreação. Assim uma parte do bairro segregado das políticas públicas.



**Foto 2:** Imagem da Vila Brasília em 2017

**Fonte:** Acervo pessoal (2017).

**Autor:** BUENO, Lucilene M. de P.

### **A estruturação urbana**

As regiões que são economicamente desenvolvidas resultam no processo de mercantilização dos espaços urbanos. Rodrigues (2015) reafirma que a função dessa mercantilização é decorrente do atendimento aos interesses dos agentes econômicos envolvidos, sobretudo os do mercado imobiliário encapsulado desde o início dessa territorialidade no poder político, direta ou indiretamente.

A organização social do território condiz fortemente com a economia, determinando a concentração da população abastada em áreas privilegiadas e determinando a própria concentração das atividades econômicas nas grandes metrópoles. Mas essa característica econômica determinante que estruturação espacial engloba todas as regiões brasileiras desenvolvidas e em processo de desenvolvimento.

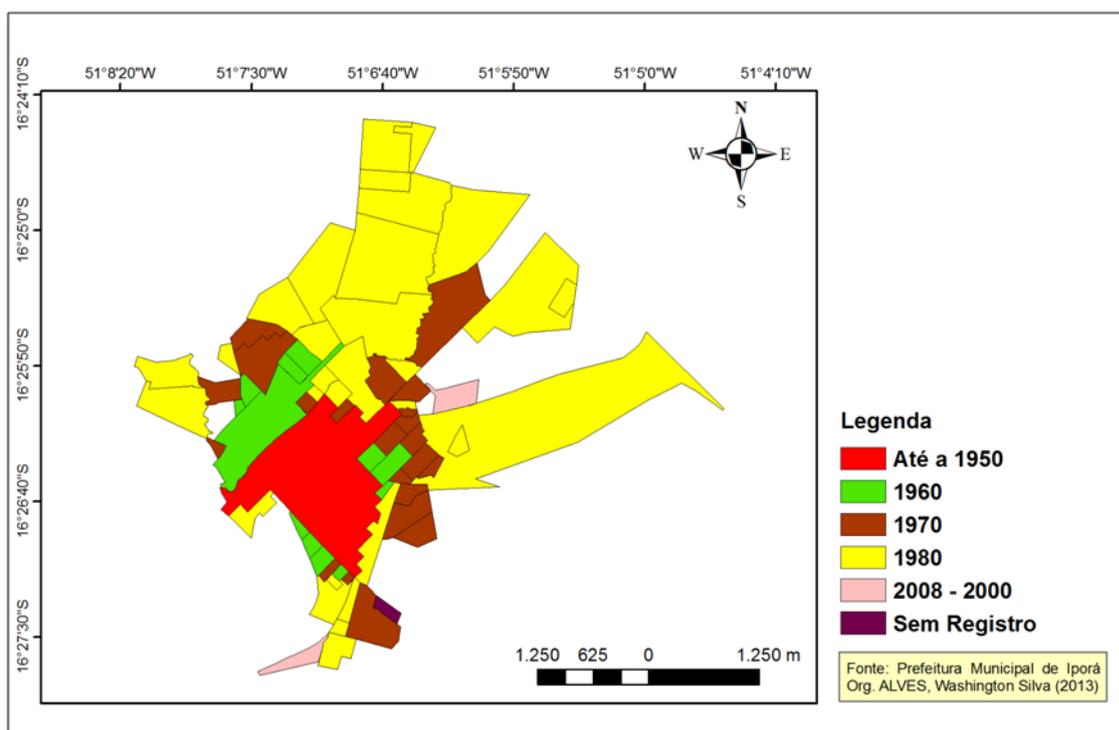
A estruturação social e espacial Rodrigues (2015) destaca que:

Se caracteriza como expressão dessas dinâmicas que vinculam a economia, a sociedade e o Estado em relações que produzem o território, mas, também, se reproduzem a partir do território, pois há processos socioespaciais que estruturam a organização de cada área urbana e metropolitana e impactam diretamente os mecanismos de coesão/integração das pessoas à sociedade, respectivamente diminuindo ou aumentando a desigualdade própria da sociedade capitalista.

Essa desigualdade da sociedade capitalista é oriunda das relações de trabalho e da força do capital, que conseqüentemente desencadeia a diferenciação socioespacial decorrentes desses processos. Essa diferenciação socioespacial de acordo com Rodrigues (2015) gera diferenças de atributos, de recursos, de poder e de status que se constituem nas bases materiais da formação de camadas sociais, que tendem a buscar localizações específicas na cidade, criando a divisão social do território.

A estrutura urbana vai sendo desenvolvida a partir da condição social do município e de seus respectivos habitantes, dessa forma os bairros são estruturados de acordo com a condição financeira de seus moradores e desencadeando o processo de segregação e exclusão urbana da população de baixa renda.

A figura 2 mostra a expansão urbana, o processo de ocupação das áreas urbanas de Iporá e a ordem cronológica de implantação dos loteamentos.



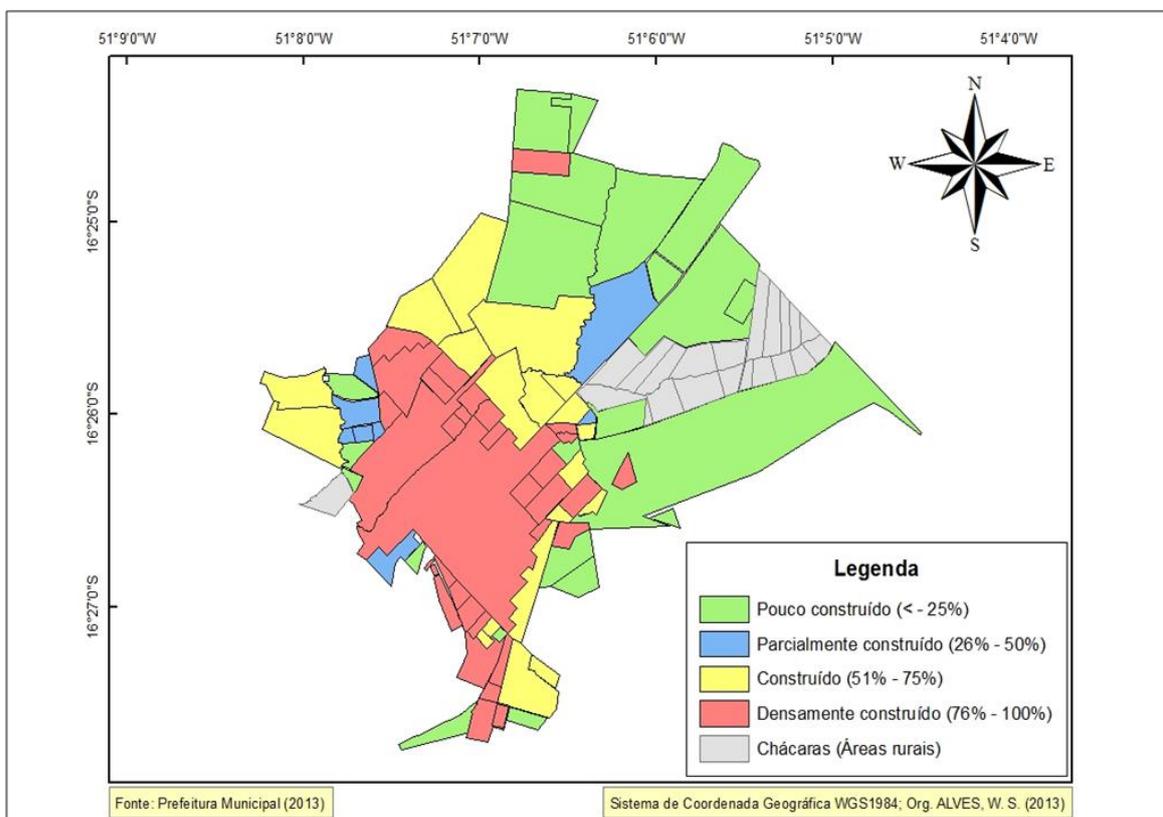
**Figura 2:** Mapa da expansão urbana em Iporá – Go e ano de implantação dos loteamentos

**Organizador:** ALVES, Washington Silva (2013)

As áreas urbanas com infraestrutura empregada estão evidentes nas localidades centrais da cidade, já os bairros mais afastados não contam com os mesmos benefícios. Neste sentido Chagas (2014) ressalta que:

como o espaço urbano sofre influência dos agentes capitalistas, percebe-se através de visitas a campo que os loteamentos abertos em Iporá a partir da década de 1980 não foram acompanhados de estudos de viabilidade. A realidade pouco se alterou. A maior parte da população que reside nos loteamentos criados até a década de 1970 é beneficiada com infraestrutura e maior valorização, se comparados aos loteamentos abertos após a década de 1980.

A figura 3 mostra a taxa de ocupação do solo em Iporá, o que evidencia que a dinâmica urbana ainda está concentrada nas áreas criadas entre 1950 e 1970, já os demais criados após 1980 não possuem o mesmo nível de construção e infraestrutura.



**Figura 3:** Mapa da taxa de ocupação do solo em Iporá – GO

**Organizador:** ALVES, W. S. (2013)

A figura 4 mostra o mapeamento dos loteamentos existentes em Iporá até 2014. A cidade de Iporá até 2014 contava com 70 loteamentos, e conforme a porcentagem de ocupação e construção mostrados na figura 3, os loteamentos criados na década de 1980 possuem diversas áreas vazias, com poucas áreas construídas e ausência de infraestrutura.

Passados 3 décadas os setores criados na década de 1980 a distribuição de água tratada, energia elétrica e vias asfaltadas não atendem a todos os lotes. Fatores esses que contribuem para o baixo índice de uso e ocupação da área. Com isso os bairros são segregados das áreas com infraestrutura, e grande contraste social.

A foto 3 ilustra a deficiência da infraestrutura nos bairros: Conjunto Águas Claras (densamente construído), Jardim Monte Alto (parcialmente construído), Jardim Novo Horizonte I (pouco construído) e Parque das Estrelas (pouco construído). Ambos os bairros foram implantados na década de 1970 e 1980.



**Foto 3:** Loteamentos implantados na década de 1970 e 1980 habitados em 2017

**Fonte:** Acervo pessoal (2017).

**Autor:** BUENO, Lucilene M. de P.

Os bairros implantados na década de 1980 que não foram contemplados com vias asfaltadas e que em 2016 ainda tem número expressivo a serem asfaltadas são: Jardim Novo Horizonte I, II, III, IV, Setor Serrinha, Jardim Arco Íris, Parque das

Estrelas, Parque União, Bairro Santo Antônio, Pedro Gonçalves Filho, Residencial Andorinhas, Bairro Umuarama e Vila Brasília.

Mesmo assim após a década de 1990 foram surgindo outros loteamentos, a fim de interesses particulares. De acordo com Chagas (2014):

A maioria dos loteamentos existentes em Iporá surgiu de interesses particulares, seja dos proprietários das áreas loteadas, ou de empresas privadas que prestavam serviços de negociação e venda de lotes de terceiros. O poder público se torna omissivo e de certa forma conivente, uma vez que não desenvolveu ferramentas para o controle de abertura de novos loteamentos.

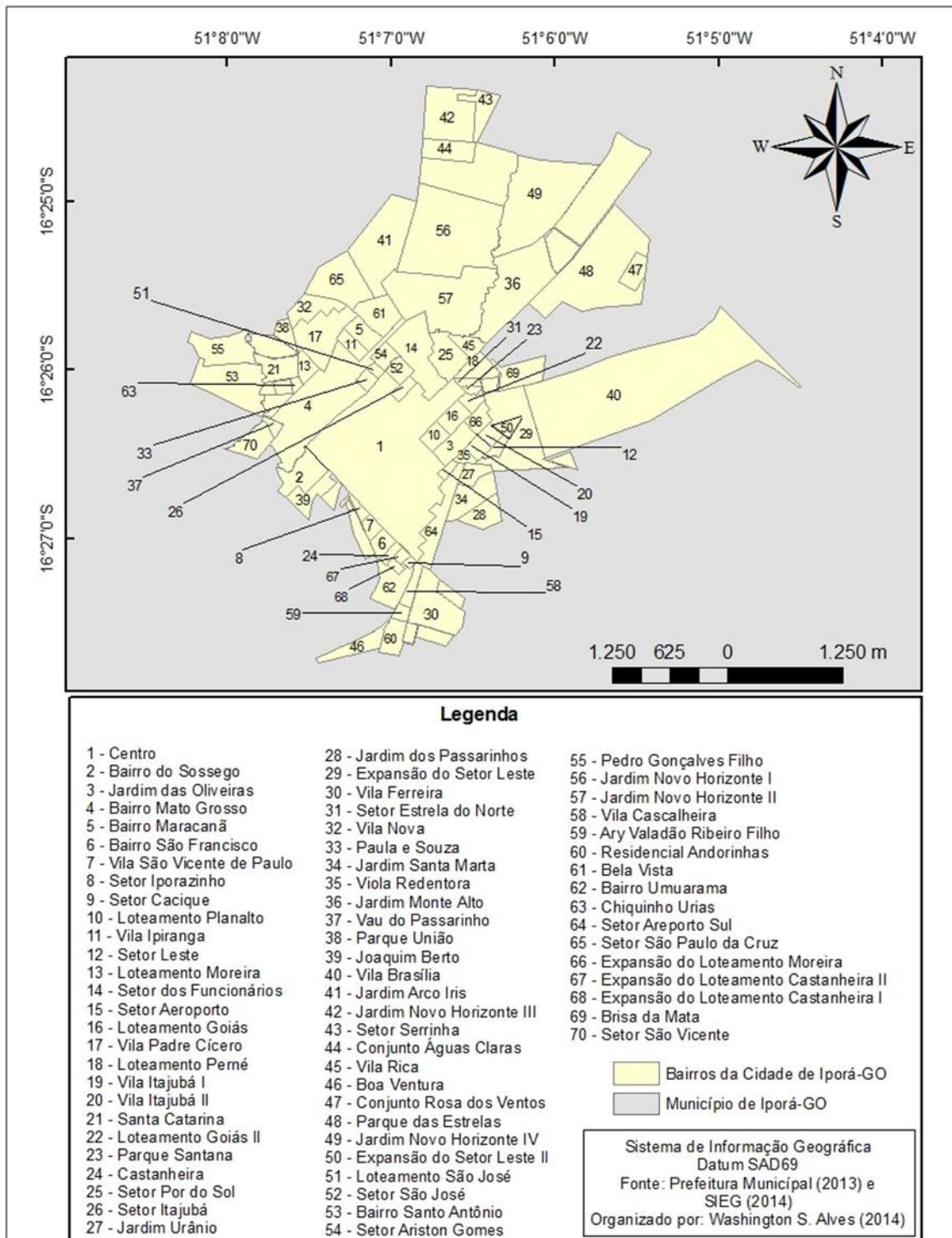


Figura 4: Mapa com os loteamentos da cidade de Iporá-Go

Organizador: ALVES, W. S. (2013)

Na figura 4 os 70 loteamentos existentes até 2014, mostra a dimensão da área urbana da cidade, e alguns destes loteamentos possuem índice acima de 50% de áreas vazias. Os loteamentos com essa porcentagem de áreas vazias são: Jardim Novo

Horizonte I, Jardim Novo Horizonte III, Jardim Novo Horizonte IV, Setor Serrinha, Conjunto Rosa dos Ventos, Parque das Estrelas, Brisa da Mata, Jardim Santa Marta, Jardim dos Passarinhos e Vila Brasília.

Ambos apresentam 25% de construções existentes (conforme mostra a figura 3) e poucas vias pavimentadas. Contudo não a necessidade de ampliação e construção de outros loteamentos na cidade, pois os empreendimentos existentes possuem áreas para inúmeras construções.

A intervenção necessária para o direcionamento do planejamento urbano local por parte do poder público, consiste na diminuição de abertura de outros loteamentos, dessa forma o setor público passa a distribuir melhor os serviços relacionados a infraestrutura para os setores já existentes, e conseqüentemente surgindo novas construções.

### **Considerações finais**

O espaço urbano em si é dinâmico, isso consiste na alteração e aumento de áreas habitacionais, porém o crescimento acontece de maneira desordenada, isto porque o planejamento se deu sem atenção as causas sociais, pois esteve atrelado aos interesses do mercado imobiliário, e o próprio mercado segrega as áreas urbanizadas.

Surgem loteamentos diversos, os terrenos que dispõem de água tratada, energia, rede de esgoto, asfalto e boa localização com referência ao centro comercial, são de alto valor de mercado definido pelos benefícios do empreendimento. Já os terrenos sem acesso a infraestrutura, dispostos somente em quadrados são disponibilizados às margens dos bairros periféricos, onde não possuem valorização de mercado são destinados a quem não tem o poder de escolha e possui baixa renda estão, sujeitos a irem para essas áreas.

A maneira com que os loteamentos são criados e disponibilizados para fins lucrativos, atenção voltada para a comercialização, atendendo interesses especulativos. Estão entre os elementos gerados pela incompetência do poder público do município. A atenção não está voltada para beneficiamento e melhorias para as áreas periféricas.

Outro elemento atrelado ao processo de segregação espacial está a ineficiência do poder público em relação aos aspectos socioambientais ligados ao crescimento das

áreas urbanizadas. Na medida com que surgem novas áreas habitadas, haverá a necessidade do serviço público municipal presta atendimento, na área da saúde, escolas, creches, coleta de lixo, saneamento entre outros. Para atender os novos loteamentos residenciais a prefeitura do município deverá planejar a coleta do lixo doméstico e oferecer o destino correto para o mesmo. Problemática que gera impacto no meio ambiente caso ocorra o descarte em locais inapropriados.

O mercado vê como prioridade a expansão da área urbana e o surgimento de novos loteamentos, pois seu ponto de vista é somente lucrativo. Mas todo empreendimento imobiliário tem que passar por estudos para que não haja danos a sociedade e ao meio ambiente, em função disso tem-se as leis municipais e estaduais que servem de parâmetros para que os empreendimentos sejam regularizados.

Em relação aos empreendimentos urbanos eles apresentam o perfil da cidade enquanto mercado, direcionada a uma parcela abastada da cidade, gerando exclusão por parte dos demais grupos sociais. A cidade passa a ter o espaço capitalizado, beneficiando os proprietários, gerando renda particular e alimentando o mercado imobiliário.

Seguindo o modelo de produção capitalista a cidade passa a ser a cidade de mercado, onde seu espaço é alterado sem considerar suas características naturais. Em alguns pontos da cidade, os loteamentos que foram regularizados após os anos 2000 percebe-se a ineficiência do poder público em relação a questão ambiental, áreas naturais sendo deterioradas, nascentes secando e áreas arborizadas destruídas.

Inserido no processo da expansão urbana de Iporá fica evidente que a segregação espacial da cidade, é resultado da omissão política e administrativa aonde os loteamentos são criados para fins particulares. Característica demonstra que de um lado há o setor amplamente estruturado e, do outro, condições precárias e ineficientes.

## Referência

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHAGAS, Frank Luiz R. **Caracterização do espaço urbano de Iporá no período de 1970 a 2010**. 2014, 135p. Dissertação (mestrado em geografia) – Universidade Federal de Goiás, campus avançado, Jataí, 2014.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989. (Série princípios).

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

GONÇALVES, Juliano Costa. **A especulação imobiliária na formação de loteamentos urbanos: um estudo de caso**. 2002. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia – Economia do Meio Ambiente) - Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Registros de influências das cidades. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=521020&idtema=19&search=goias|ipora|mapa-de-pobreza-e-desigualdade-municipios-brasileiros-2003>>. Acesso em: 06 out. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo de 2010. <http://www.oestegoiano.com.br/noticias/economia/dados-da-agricultura-so-a-soja-aumenta-area-plantada-em-ipora>. IBGE divulga dados da agricultura. Só a soja aumenta área plantada em Iporá. 2013. Acesso em: 18 jun. 2016.

IBGE SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso em: 06 jun. 2016.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos Avançados. São Paulo, n. 17. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2016.

MARTINS, Priscila Celeste: **Especulação Imobiliária e transformação do espaço urbano de Catalão – GO (2003-2006)**. Graduada em Geografia CAC/UFG. Catalão, 2006.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **Maringá: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2015.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades grandes**. Contexto: São Paulo, 1988.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**, 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 1991.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Editora Global, 1986.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2ª ed. Studio Nobel. FAPESP. São Paulo, 2001.

---

**Sobre a autora**

***Lucilene Maria de Paula Bueno***

Possui graduação em licenciatura plena em Geografia e Especialização em Ordenamento Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Estadual de Goiás (2010). Tem experiência na área de geografia principalmente nas series iniciais.

---

**Sobre o autor**

***Júlio César Pereira Borges***

Doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos sociambientais da Universidade Federal de Goiás. Mestre em Geografia pelo Instituto de Estudos sociambientais da Universidade Federal de Goiás. Especialista em História do Brasil pela Universidade Federal de Goiás, Campus de Catalão (2001). Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, Campus de Catalão (1995). É professor efetivo do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás. Tem experiência na área de Geografia e História com ênfase em Economia, geopolítica, ensino de Geografia, Geografia e Literatura. É pesquisador da Dinâmica Territorial de Goiás.

---

Artigo Recebido em Setembro de 2017.  
Artigo aceito para publicação em Dezembro de 2017.